

## **Trabalhando relações de violência intrafamiliar no palco sociodramático: o olhar de uma supervisora<sup>1</sup>**

**Por: Suely Emilia de Barros Santos<sup>2</sup>**

### **Resumo:**

Este artigo relata minha experiência como supervisora clínica de um trabalho realizado com as crianças e os adolescentes atendidos por uma Instituição Educacional na Região Metropolitana do Recife<sup>3</sup>, vítimas de violência intrafamiliar, desenvolvido de julho/2000 a julho/2004.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

**Violência Intrafamiliar, Sociodrama, Psicodrama Pedagógico, Clínica Psicológica**

De início ressalto que falo, neste artigo, do lugar de supervisora clínica sobre o projeto “Intervenção psicossocial em crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar no contexto escolar”<sup>4</sup>, criado há quatro anos e meio numa Instituição Educacional na Região Metropolitana do Recife pelas psicólogas Fernanda Ribeiro e Patrícia Lira.

Todos e todas que se aproximam do tema violência, sabem o quanto é difícil e doloroso ficar tão perto dessa realidade. O papel de supervisora deste projeto me conduziu a um mergulho no meu mundo de valores, idéias, atitudes pessoais e profissionais etc. Ao ser convidada a acompanhar, através das supervisões, o dia a dia das profissionais e estagiárias em contato direto com as vítimas e autores/as de violência, passei a refletir sobre a necessidade de nós, profissionais de Psicologia, envolvidos/as com essa temática,

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Psicodrama, na mesa redonda: “O Sociodrama nas Relações de Violência” – Belo Horizonte/MG, em junho de 2004.

<sup>2</sup> Psicóloga/Psicodramatista, Didata e Docente-Supervisora pela FEBRAP, Mestre em Psicologia Clínica, pela UNICAP, Especialista em Psicologia Social e da Personalidade pela FAFIRE, Especialista em Psicologia Clínica pelo CRP/02, Associada ao Centro de Estudos e Ações em Direitos Humanos – A-colher. [suemilia@uol.com.br](mailto:suemilia@uol.com.br).

<sup>3</sup> Instituição privada sem fins lucrativos, que oferece ensino fundamental e complementar em regime semi-integral.

<sup>4</sup> Maiores informações sobre esse trabalho poderão ser obtidas no livro RIBEIRO, Fernanda S.; LIRA, Patrícia O.; SANTOS, Suely Emilia de B. A violência no palco sociodramático: o drama que não silencia. *In* MARRA, Marlene M.; FLEURY, Heloisa J. (org.) **Intervenções grupais na saúde**. São Paulo: Agora, 2005, p.73-94.

enxergarmos, em primeira face, a fragilidade teórico-metodológica das diversas perspectivas psicológicas que investigam o fenômeno da violência intrafamiliar, bem como, também, a relatividade que envolve as suas abordagens ao buscarem uma análise crítica dos valores que permeiam as entranhas do cotidiano conflitivo das relações familiares contextualizadas pela irrupção traumática da violência. Ao mesmo tempo, acompanhei o quanto é doloroso e angustiante se deparar ou, mais ainda, se ver inserido/a nesse mundo ambíguo de intercâmbio de valores de vários signos - alguns dos quais confusamente interpretados, pela novidade de sua recorrência em nossa sociedade -, que se misturam entre a prática profissional do/a psicólogo/a – e com ela o choque das influências culturais do “modus vivendi” de sua clientela - e o contexto vital onde ela se instaura, fatalmente marcado pelo sofrimento psíquico dos/as protagonistas do fenômeno da violência intrafamiliar.

Deste modo, o contato com o tema violência intrafamiliar exige, da parte do/a psicólogo/a, uma ampla revisão no cuidado das questões existenciais, na percepção dos direitos humanos e dos processos de conscientização do exercício da cidadania, na formação técnica e ética profissional etc., sem os quais, não será possível uma leitura efetivamente crítica desse fenômeno. Além disso, na execução de um projeto dessa amplitude, o/a psicólogo/a deve estar aberto/a a lidar com situações novas, dolorosas, provocativas, esdrúxulas etc., que exigem a construção de um fazer saber, capaz de suscitar atitudes espontâneas-criativas em face de ocorrências súbitas e inusitadas, uma vez que um trabalho dessa natureza, constantemente, requer desse/a profissional a utilização de uma multiplicidade de alternativas terapêuticas para o cuidar típico da ação clínica. Nesse sentido, compartilho da visão de Blatner (1996, p.77), que diz que ser espontâneo,

É ser receptivo às realidades tal como elas se apresentam no momento presente, não obscurecido por pressuposições na medida do possível. Embora a cada momento tenhamos expectativas e crenças, podemos mudar nossa atitude passando do dogma para a experimentação, para uma prontidão com a finalidade de modificar e corrigir nossas teorias nos adaptando às percepções atuais. Essa modificação irá catalisar nossa espontaneidade.

Por outro lado, muitas vezes associamos a palavra violência a situações catastróficas que ocorrem no mundo. Porém, nesse quadro, é surpreendente como, diversas vezes, uma forma específica de violência passa “despercebida” do centro de nossas preocupações

morais, políticas, religiosas e sociais: a violência tão próxima, mas que se mostra “mais sutil” sem, no entanto, deixar de ser tão ou até mais danosa, cruel e perigosa, que é a violência presente no dia-a-dia do ambiente familiar. De fato se trata de uma forma de violência que esconde uma paradoxalidade, posto que, de um lado, representa, hoje, a fratura exposta do tecido social em desagregação crescente e, de outro, contrariando abertamente a representação social, ainda reinante, ocorre dentro do corpo familiar - espaço que deveria oferecer segurança, conforto, acolhimento, cuidado, amor, confiança, zelo – deteriorando os vínculos, a auto-imagem, o respeito a si mesmo e aos outros. Esse tipo de violência, do meu ponto de vista, portanto, aponta para uma lamentável confirmação: a de que a violência intrafamiliar pode ser vista como a expressão social dramática de que nas relações interpessoais, a violência vem se banalizando.

Foi a constatação dessa violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, colocando-os constantemente em situação de risco, que saltou aos olhos de um grupo de profissionais a necessidade de desenvolver um trabalho preventivo numa Instituição Escolar, uma vez que a escola é um lugar privilegiado de contato diário com a população-participante, oferecendo por isso condições pedagógicas para o trabalho de desvelamento das marcas da violência, quer nos comportamentos e atitudes, que estão na base de sua expressão, quer nas feridas físicas ou psicológicas que estão presentes nos corpos e almas de suas vítimas e autores/as de violência.

O objetivo principal desse trabalho foi realizar uma intervenção psicossocial sistemática com as crianças e adolescentes atendidos pela Instituição, vítimas de violência intrafamiliar. Durante a execução deste projeto, houve encontros, desencontros, desdobramentos felizes e infelizes, mudanças de profissionais, novos encaminhamentos e, como resultado, algumas estratégias foram realizadas, outras atualizadas, outras ainda redesenhadas para dar ao projeto o seu adequado modo de atendimento.

Passo agora a assinalar alguns aspectos do trabalho que considero fundamentais e creio que, muitos deles, inclusive, são originais.

O primeiro aspecto que vejo como significativo nesse projeto, foi a coragem em lidar com uma das questões mais difíceis e controvertidas quando se ocupa do fenômeno da violência intrafamiliar: o “pacto do silêncio”. (Muitas são as razões que envolvem essa cumplicidade, mas não nos cabe aqui, discorrer sobre elas).

No início do projeto, as crianças e adolescentes eram encaminhados pelo Serviço Social e/ou professoras para participarem dos grupos sociodramáticos, que tinham encontros sistemáticos na Instituição. Após um período de caminhada com essa formatação de demanda, uma nova estratégia foi criada, na qual se estabeleceu um regime de procura voluntária pelo serviço, esperando, com isso, favorecer a expressão de uma convivência direta com a violência intrafamiliar.

À luz dessa nova proposta, as crianças e adolescentes, agora, não eram mais encaminhados pela Instituição para participarem dos grupos socioterapêuticos. O funcionamento do contato com a demanda seguiu os seguintes passos: primeiramente, as crianças e adolescentes tinham um breve encontro, em sala de aula, com as psicólogas e estagiárias responsáveis pelo projeto. Nesse momento, recebiam informações sobre a proposta do projeto: trabalhar com o tema da violência intrafamiliar. No segundo momento, essas crianças e adolescentes procuravam livremente o serviço psicológico, através de uma inscrição voluntária. Com essa mudança no mecanismo de encaminhamento e participação, a equipe de trabalho observou que, além de favorecer um maior compromisso com o trabalho, as crianças e adolescentes encontraram condições pedagógica e psicologicamente mais favoráveis para a quebra do “pacto do segredo”, pois, como a equipe de trabalho constatou, o simples fato de ir à “sala das psicólogas”, para se inscrever nos grupos socioterapêuticos, já denunciava ou pelo menos anunciava o convívio com a violência intrafamiliar, mesmo que ainda não conseguissem explicitá-la verbalmente.

Como psicóloga sei o quanto é difícil, muitas vezes, cuidar/acolher o sofrimento humano sem ficar no lugar de “mágico-cura-tudo” ou, pior, “doutor das dores alheias”. Este projeto, igualmente, me sensibilizou, pelo fato de não se colocar como um espaço visto como a “tenda dos milagres”, mas conhecido como a “sala das psicólogas”, onde as crianças e adolescentes eram ouvidos/as, respeitados/as, orientados/as, informados/as; onde recebiam acolhimento e escuta, dentro de um contexto socioterapêutico; onde podiam levar seus/suas amigos/as, irmãos/ãs e familiares também vítimas da violência intrafamiliar; onde refletiam sobre que rumo que deviam dar a esta condição da violência intrafamiliar e aos seus conteúdos internos angustiantes; onde viveram dramaticamente as suas dores, medos, tristezas e junto com outras pessoas que compartilhavam situações semelhantes, numa palavra, encontrar alternativas para lidar adequadamente com a violência intrafamiliar.

É justamente dentro dessa conjugação de esforços que eu encontro não apenas a importância do sociodrama<sup>5</sup>, bem como a oportuna propriedade metodológica para execução deste projeto. No palco sociodramático há a expressão da força da realidade e do imaginário. Nele vemos e lidamos, claramente, com o problema social da violência intrafamiliar e das ideologias compartilhadas pelos sujeitos que vivem esse drama pessoal e coletivo.

De fato, o que caracteriza a participação em um trabalho sociodramático é a possibilidade de levar os/as participantes à descoberta de que o ator do sociodrama é, em qualquer medida, a exemplaridade de idéias e experiências coletivas expressadas no palco sociodramático. Significativamente, neste projeto, seus/suas participantes realizavam uma descoberta fundamental: “eu não estou só nesse universo social”.

Todo/a psicodramatista sabe da relevância dessa descoberta. Ela envolve um reconhecimento de um universo de compartilhamento vital; a recolocação do ser-no-mundo, no centro mesmo onde a dor de ser se traduz em sua face mais cruel: a solidão da vítima e o silêncio do/a autor/a de violência.

Nesse sentido, o projeto lança uma ponte de comunicação significativa entre os protagonistas e o falar sobre essa condição velada – a revelação do que se oculta no mostrar-se dessa condição, pela linguagem dramática.

Aqui tocamos, a um só tempo, o coração do processo socioterapêutico e a motivação maior deste projeto. Decerto, sabemos que muitas são as razões porque essas crianças e adolescentes se sujeitavam aos maus-tratos, à negligência, à desqualificação, à ameaça, ao desamor. A “placenta social” que os acolheu após o nascimento, a “matriz de identidade<sup>6</sup>” em que foram introduzidos, ofereceu a eles e a elas a experiência de um “sabor amargo da vida”. Em contrapartida, no espaço de acolhimento promovido pelo projeto, mesmo que, muitas vezes, inseguros/as, amedrontados/as, confusos/as, carentes, eles/as tinham a oportunidade de compartilhar a sua dor com pessoas vítimas da mesma violência – a dor existente no relacionamento familiar. Mas não só. Eles e elas também encontravam a possibilidade de serem acompanhados/as por profissionais sensibilizadas, que, indo além da

---

<sup>5</sup> “método de ação profunda que trata das relações intergrupais e das ideologias coletivas” (MORENO, 1978, p.411)

<sup>6</sup> “A matriz de identidade é a placenta social da criança, o *locus* em que mergulha suas raízes” (MORENO, 1978, p.114)

mera constatação da existência dessa violência, olhavam para as vítimas e autores/as de violência escutando as ressonâncias do contexto vital do qual se nutriam e eram nutrientes.

O foco central da ação socioterapêutica deste projeto, guarda em sua dimensão ética um compromisso humanístico com a dignidade fundamental da pessoa humana. Essa dimensão ética tem seu nascedouro na promoção de um espaço de conscientização dos direitos das crianças e adolescentes no universo familiar; na construção de uma rede vincular baseada no princípio do sigilo e da confiabilidade – entre o/a socioterapeuta e a vítima/autores/as de violência - na escuta e encaminhamento criteriosamente dialogado das reflexões/decisões oriundas do processo socioterapêutico; no resguardo da honestidade no esclarecimento das questões e conseqüências que estão sempre envolvidas na denúncia de violência intrafamiliar, bem como na atribuição de responsabilidades daí advindas e se orienta para busca de uma reformulação do panorama da vida dos seus e das suas protagonistas.

Dentro desse programa de ação ética, portanto, o projeto possibilitou não só que essas crianças e adolescentes se informassem sobre os seus direitos, mas, também – e principalmente -, que pudessem refletir sobre seu ser-no-mundo sofrido e, no atravessamento da vivência do sofrimento, dúvida, medo, ambivalência, aprendessem a reorientar o curso de seu horizonte existencial.

De outra parte, estamos igualmente, conscientes do incomodo incontornável que esse projeto carregou consigo. Ele, ao fundo, denunciou – eu falo agora de mim, de vocês, das vítimas e autores/as de violência – nosso sintomático desalojamento ao ler a gramática do desejo, ao lidar, na proximidade envolvente, com o território da afetividade, em suma, ele desvelava nosso analfabetismo afetivo quando se tratava de **falar de/ser em** nossa intimidade, principalmente, quando ela nos machuca, nos envergonha.

Como se não bastasse, ainda existia uma formalidade, ou melhor, um “mandamento” da moral social que “exige” uma atitude de silêncio “respeitoso” em face do privado, que se expressa, convencionalmente, na proibição de invadir a intimidade do outro. É assim que, muitas vezes, celebramos, tácita ou explicitamente, nossos pactos de segredo e, pior, nos tornamos cúmplices da própria violência intrafamiliar.

No entanto, mesmo que, socialmente, o sofrer maus-tratos não seja “coisa da conta de ninguém”, e o testemunhá-lo não seja “problema nosso” – é comum, em face dessas

situações, ouvir-se, de vítimas e autores/as de violência, a frase “não é da sua conta” -, na verdade, somos co-responsáveis quando se trata de violência, especialmente daquela que acontece no ambiente familiar.

De igual modo, devo destacar que a proposta deste projeto teve outra característica destacável: o seu caráter preventivo como alvo. Já foi dito aqui que o *locus* do mesmo foi a Escola. Como instituição educativa, que deve contribuir para a formação da cidadania crítica, a escola tem como meta precípua o desenvolvimento global do ser humano. Entretanto, pode, muitas vezes, contrária aquela finalidade, limitar-se tão somente à transmissão de conhecimentos cognitivos e de valores conservadoristas (reprodução acrítica da placenta social, diria Moreno). Dessa forma, ela tem a capacidade de transforma-se tanto num agente reprodutor/alimentador/silenciador/cúmplice da violência intrafamiliar, como ser um agente acolhedor/denunciador/transformador dessa realidade desumana.

Neste contexto, a Instituição Educativa, em que este trabalho foi realizado, após identificar um elevado número de alunos e alunas que se encontravam em situações de risco, se propôs a trabalhar com a temática da violência intrafamiliar e, conseqüentemente, acolheu este projeto como uma alternativa de intervenção para a prevenção contra esse tipo de violência, e, quando necessário, de ações de enfrentamento especializado.

A população-participante do projeto era procedente de famílias carentes atendidas pela Instituição que, como traço de união, viviam na região metropolitana do Recife o drama de conviverem, no seu dia-a-dia, com a presença da violência, particularmente com aquela de perfil intrafamiliar.

Tal como vejo, o fato de remeter o núcleo de suas ações/intervenções preventivas para uma clientela oriunda de uma Instituição Educativa centra uma outra característica deste projeto – e já os resultados atingidos apontaram para a fertilidade desta perspectiva de leitura: pensar/olhar a Escola como um lugar de prevenção e cuidado da violência intrafamiliar.

A seu modo, então, este projeto se mostrou como uma possibilidade de promover melhorias na qualidade vincular das relações não só familiares, mas na realidade do convívio social, contribuindo para a formação de cidadãos e cidadãs que respeitassem o ser humano, a natureza, o meio ambiente, o patrimônio cultural coletivo.

Esse trabalho proposto através do sociodrama, ofereceu um espaço de acolhimento ao sofrente; favoreceu o amadurecimento da consciência cidadã – que começa pelo

reconhecimento do direito de lutar para libertar-se da tortura (física, emocional, moral, sexual etc.) e do silêncio conivente que, quando menos, a legitima; possibilitou aos/as protagonistas da violência intrafamiliar um espaço de desvelamento desse fenômeno e de acompanhamento àqueles/as que sofriam com seus efeitos traumáticos. Visto em seu conjunto de intervenção, certamente, esse projeto tem contribuído para que muitas dessas crianças e adolescentes não reproduzam socialmente, como reflexo, a violência vinda de sua intimidade familiar.

Até agora minha linha de leitura se ateve ao trabalho desenvolvido diretamente com as vítimas da violência intrafamiliar – e só, nessa conexão, compreendendo a figura dos/as autores/as de violência. Em síntese, chegar ao/a autor/a de violência, pela mostraçã do fenômeno inscrita no bojo da denúncia dos que se encontram na condição de risco. Mas cabe perguntar: quais as intervenções que têm lugar de prevenção no ambiente onde se movem os/as autores/as de violência? Quais são os aparatos de compreensão que devem ser articulados para captar o sentido de uma ação violenta no interior da rede familiar? Em definitiva: que olhar de análise crítica se deve dirigir aos/as autores/as de violência?

Como sublinhei anteriormente, o trabalho realizado foi feito através de contatos com as famílias, utilizando-se de entrevistas, aconselhamento psicológico, atos terapêuticos<sup>7</sup>, realizados nas instalações físicas da Instituição e visitas esporádicas a comunidade. Em particular, o trabalho sociodramático favoreceu tanto a integração dos pais e/ou responsáveis ao contexto escolar, como sua vinculação ao tema da violência intrafamiliar, ao mesmo tempo em que, por força da elaboração significativa das vivências familiares, de um lado, sensibilizou-os para sua condição de agentes potenciais na geração e exacerbação do fenômeno em tela e, de outro, conscientizou-os de suas atitudes, responsabilidades, sofrimentos decorrentes tipicamente desse processo.

O mais importante nessa dimensão do projeto, entretanto, foi que o papel de pai, mãe, tio, irmão, etc. que estavam numa situação de autores/as de violência não foi visto apenas numa perspectiva pessoal, mas também articulado a uma perspectiva de análise que considerava uma complexa trama de imbricação coletiva. Por isso mesmo, na base de operatividade de seus serviços, o projeto demarcava um horizonte de reflexão sobre os aspectos socioculturais do papel, tendo em vista levar os/as autores/as de violência a se

---

<sup>7</sup> “[...] uma intervenção destinada a investigar e buscar trabalhar o conflito proposto em uma sessão” (GOLFFI JÚNIOR, 2004. p.120)

apropriarem de informações necessárias sobre conteúdos (nucleares e transversais) que estão diretamente relacionados ao tema da violência intrafamiliar, tais como: direitos humanos, estatuto da criança e do adolescente, dinâmica dos papéis socioafetivo na gênese da configuração familiar.

Quero mencionar aqui, de outra parte, que este projeto abrigou muitos movimentos estratégicos em seu desenho e desenvolvimento. Após três anos de implantação, mais um método de intervenção foi incorporado. Com essa nova estratégia de intervenção foi possível não só atingir um maior número de participantes, inclusive garantindo a inclusão do corpo docente, como também dar mais amplitude ao campo de tematização da violência intrafamiliar e da realidade educacional.

Desta forma, em face da necessidade sentida de expandir o âmbito de intervenção do projeto, particularmente visando alcançar as salas de aula e, em consequência, a integração de alunos/as e professores/as em torno da temática, foi também, utilizado o Psicodrama Pedagógico, com o objetivo de promover discussões críticas no contexto escolar (em sala de aula, pátio da escola etc.) que integrassem alunos/as e professores/as à temática e ao trabalho desenvolvido, pondo em questão as noções de cidadania e direitos humanos debatidas no contexto escolar.

Com o psicodrama pedagógico a produção do conhecimento se dá por meio da ação, possibilitando a integração entre o conhecimento cognitivo, intelectual adquirido e a experiência. Segundo Puttini (1997, p.21) utilizando-se deste método educacional psicodramático,

Ao apropriar-se do conhecimento, o aluno apropria-se também de um “modo de relação”, isto é, uma maneira peculiar e espontânea de relacionar-se com os conteúdos e com o grupo.

Creio que com a utilização dessa nova estratégia de intervenção, foi possível também alcançar um objetivo de fundo que, desde o início, tínhamos em mente: ampliar o raio de atendimento para além da sala fechada da Instituição Educacional. A partir da introdução do psicodrama pedagógico, o desenho sacionômico do projeto ganhou um contorno substancialmente mais visível e atuante.

Finalizando esta reflexão sobre este projeto de intervenção psicossocial, devo mencionar, de um lado, algumas contribuições de notória fertilidade que ele ofereceu para uma maior eficácia da clínica psicológica no contexto escolar e, de outro, em termos gerais,

considerar a atualidade de sua proposta socioterápica, quando, pertinentemente, trouxe para o centro do palco sociopsicodramático os conteúdos da temática atinente à violência intrafamiliar e, por força de sua pesada radiação sociopsicoemocional, igualmente, as vivências traumáticas - também ricas em reverberações existenciais – que circunscrevem a nervura das redes vinculares deste universo.

Naturalmente, para olhos atentos, a conjugação dessas estratégias de ação, por si só, já perfila um programa de intervenção socioterapêutica de ampla ressonância assertiva no exercício de uma clínica social.

Para pontuar o aspecto da atualidade do projeto, basta rememorar as condições de nosso panorama vital. A realidade de nosso sistema-mundo atual nos mostra uma sociedade em grave crise axiológica e, portanto, carente de intervenções que ofereçam ao ser humano a oportunidade de viver o seu drama coletivo e de buscar, pela mediação do trabalho clínico – ainda que não apenas por ele, obviamente -, a resposta mais apropriada para o *resgate da ética na relação com o outro e com o mundo*.

À luz do programa de intervenção socioterapêutica desenhado pelo projeto, considero que uma outra contribuição deve ganhar evidência. Na modelação de sua proposta, as profissionais e estagiárias responsáveis, saíram do cotidiano clínico, sem, por isso, deixarem de realizar um trabalho clínico, pois ouviram o interdito, o excluído, no contexto escolar; quebraram, por conseguinte, a “conserva cultural<sup>8</sup>” do/a psicólogo/a como profissional de cura, enquanto atuaram na prevenção da violência no contexto intrafamiliar.

É por essa razão que este projeto criou um espaço socializado, deselitizando a Psicologia, levando-a a alargar seu horizonte de penetração: de uma configuração relacional bi-pessoal para uma outra grupal; de um enfoque centrado no intrapsíquico a um outro que, sem desconsiderá-lo, contempla o sujeito em suas relações sociais pela via do compromisso com o mundo que o cerca.

Essa visão ganha corpo de evidência quando, neste projeto, se tematizava a violência intrafamiliar no palco sociodramático, possibilitando a crianças e adolescentes confrontarem-se consigo mesmos, com suas famílias, com a sociedade em que protagonizavam um drama social – a dor da violência intrafamiliar e, com isso, transformando-os em agentes de direito à cidadania plena.

---

<sup>8</sup> “é a matriz, tecnológica ou não, em que uma idéia criadora é guardada para sua preservação e repetição” (MORENO, 1978, p.175)

De fato, essa preocupação com o social, com o futuro da humanidade, tão viva no projeto, teve uma força de fidelidade dinâmica ao pensamento de Moreno. Nele, posso afirmar, se tem a confirmação de que se pode, a partir da proposta original da socionomia moreniana, trilhar um caminho onde o exercício da clínica psicológica esteja para além dos paradigmas tradicionais, sabidamente fundados no indivíduo isolado e na prática de consultório. Em definitiva, esta prática clínica no contexto educacional, sai do conforto dos consultórios e até de práticas comunitárias e sociais já conhecidas - e porque não dizer conservadas culturalmente -, desbravando novos espaços de intervenção, novas escutas e expressões, novas teorias e técnicas para compreender/ler criticamente a realidade, a condição humana e a linguagem-sofrimento das vítimas e de seus/suas autores/as de violência.

Reafirmo então, para finalizar, que o movimento de intervenção psicossocial deste projeto, com toda a certeza, sinalizou para uma ruptura do modelo que orientou/orienta durante décadas a prática da clínica psicológica no Brasil. O fenômeno da violência intrafamiliar aponta para o cerne da fragilidade humana e da insuportabilidade de sua condição sofrida (existencial/psíquica/moral/emocional/ social etc). Avançar na paralisia que a violência produz, é dizer/balbuciar do indizível, mas no trabalho clínico, se deve ir além: “suportar as turbulências que o/a cliente passa/vive”. Desse modo, a clínica pode mostrar-se como um “fantástico dispositivo de subversão”, ou seja, onde o/a cliente pode construir outros sentidos para si e para o mundo, e não a cura.

### **Bibliografia**

BLATNER, Adam & BLATNER, Allee. **Uma visão global do psicodrama: fundamentos históricos, teóricos e práticos.** São Paulo: Agora, 1996.

FERRARI, Dalka C.A. & VECINA, Tereza C.C. (org.) **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática.** São Paulo: Ágora, 2002.

GOFFI JÚNIOR, Fábio S. Sessões abertas de psicoterapia: os benefícios do ponto de vista do público. **Revista Brasileira de Psicodrama**. São Paulo, v.12, n. 1, p. 119-133, 2004. ISSN-0104-5393.

MORENO, Jacob Levy. **Psicodrama**. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1978.

PUTTINI Escolástica F. & LIMA, Luzia Maria S. **Ações educativas: vivências com psicodrama na prática pedagógica**. São Paulo: Ágora, 1997.

RICOTTA, Luiza. **Quem grita perde a razão: a educação começa em casa e a violência também**. 2. ed. São Paulo: Ágora, 2002.

ROMAÑA, Maria Alicia. **Do psicodrama pedagógico à pedagogia do drama**. Campinas/SP: Papirus, 1996.